

RELATÓRIO E CONTAS 2018

SILOS, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Do ano findo em 31 Dezembro 2018

ap₁
REN
C
2

Relatório de Gestão

1. Desempenho Económico-Financeiro 2018

A empresa em 2018, em termos de rentabilidade apresenta um prejuízo situado em cerca de (148,358,980 MT), o correspondente a uma deterioração dos resultados acima dos 100%. Esta redução é explicada, por um lado, pela redução do volume de negócios de 394 403 156,88 MZN em 2017 para 312 963 191,36 MZN em 2018, o correspondente a um abrandamento do volume de venda em 21% e, por outro lado, pela redução da demanda de serviço. Adicionado a isso, a capacidade operacional da empresa está aquém do desejado ou do óptimo.

Em consequência dos aspectos arrolados, a empresa reduziu a sua capacidade de honrar com obrigações, a curto e médio prazo.

Não obstante os factores acima mencionados, o ano de 2018 foi caracterizado pelo reforço da função comercial com vista à manutenção da quota de mercado, priorizando as acções para a manutenção da carteira de clientes e angariação de novos

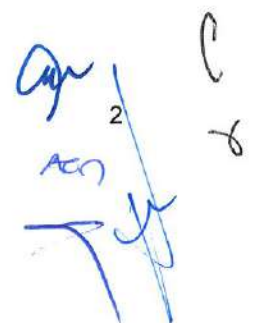
No que concerne ao reforço da área operacional, no ano de 2018 foram notáveis os esforços para a procura de financiamento para investimentos, com vista a reforçar a capacidade de processamento de carga, que passa pelo alargamento do Cais, Parque, Terminais, Silos e outras instalações relacionadas com o funcionamento da STEMA.

2. Enquadramento Macroeconómico e Desempenho Económico Financeiro

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na época 2017/18 o consumo mundial de cereais foi de cerca de 2,56 mil milhões de toneladas, destes 738 milhões de toneladas de milho.

Segundo a mesma fonte, o comércio mundial de cereais na época 2017/18 foi perto de 409,5 milhões de toneladas. Estimando-se que cerca de 145 milhões de toneladas de milho e 175 milhões de toneladas de trigo.

Esta oferta e disponibilidade de cereais, ligeiramente acima de 2018, manteve a melhoria dos preços a nível internacional e a existência de excedentes na maioria dos países exportadores. Esta melhoria da produção de cereais levou a que a empresa planeasse de maneira conservadora, para o ano de 2019, o manuseamento de 250.000 toneladas métricas de cereais.



3. Perspectivas para 2019

Em consequência do acima arrolado, o ano de 2019 apresenta grandes desafios para a STEMA, que consistem no aumento da quota de mercado, satisfação dos clientes, aumento da lucratividade, aumento das vendas, investimento da reposição da capacidade do equipamento, racionalização dos custos e optimização do capital de giro e de fluxos de caixa da empresa.

Aprovação das Demonstrações Financeiras pela Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola, que compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2018, e a demonstração de resultados, demonstração da alteração dos capitais próprios e demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos do PGC-NIRF em Moçambique, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

As demonstrações financeiras anuais foram auditadas pela firma de auditores independentes Deloitte & Touche, à qual foram disponibilizados todos os registos contabilísticos e informação relacionada, incluindo actas de Assembleia Gerais dos accionistas, actas do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho de Administração, assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. O Conselho de Administração está certa de que todas as declarações e informações prestadas aos auditores foram válidas e apropriadas. O relatório dos referidos auditores está apresentado na página seguinte.

As demonstrações financeiras anuais para o período de 1 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com o o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiras (PGC-NIRF) aplicável em Moçambique e foram aplicadas de forma consistente e suportadas por razoável e prudente juízo e estimativas.


Os pressupostos de continuidade das operações foram tomados em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta, certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras anuais e para salvaguardar, verificar e manter adequadamente os activos da Empresa. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas e atempadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, em 28 Fevereiro de 2019 e estão abaixo assinadas pelos seus representantes:




Matola, 28 de Fevereiro de 2019



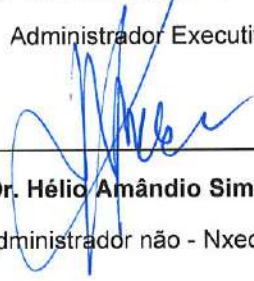
Prof.º Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo
Presidente do Conselho de Administração




Brighton Olímpio Vaz (MA)
Administrador Executivo



Eng.ª Odete da Conceição Mondlane Tsamba
Administrador Executivo

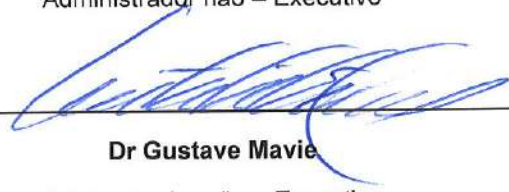


Dr. Hélio Amândio Simbine
Administrador não - Executivo



Dr. Abel Gabriel Mabunda
Administrador não – Executivo

Dra. Mariazinha Niquice
Administrador não – Executivo



Dr. Gustave Mavié
Administrador não – Executivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da Stema – Silos e Terminal Graneleiro da Matota

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Stema, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 667 229 251 de Meticais e um total de capital próprio de 259 389 490 Meticais, incluindo um resultado líquido de exercício negativo de 148 358 980 Meticais, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração do rendimento integral e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Stema, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola** em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste Relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as

matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

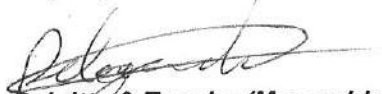
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.



Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 28 de Fevereiro de 2019



Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014 representada por:

Jacinto Delgado

Partner

Auditor Certificado – 91/CA/OCAM/2017



STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Balanços

em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

ACTIVO	Nota	2018	2017
Activos não correntes		358 431 127	365 525 223
Activos tangíveis	5	346 558 873	338 008 849
Activos intangíveis	6	11 872 254	10 797 205
Activos por impostos diferidos	14	-	16 719 169
Activos correntes		308 798 125	524 369 725
Inventários	7	55 280 923	63 335 698
Clientes e outros devedores	8	83 136 606	28 125 125
Caixa e equivalentes de caixa	9	170 380 596	432 908 902
TOTAL DOS ACTIVOS		667 229 251	889 894 948
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Fundos Próprios		259,389,490	420 411 601
Capital Social	10	245 935 000	245 935 000
Reservas	11	161 813 470	123 824 077
Resultados do exercício		(148 358 980)	50 652 524
Passivos não correntes		173 214 214	125 070 344
Provisões	12	3 609 384	3 575 612
Empréstimos obtidos	13	168 517 946	121 494 732
Passivos por impostos diferidos	14	1 086 884	-
Passivos correntes		234 625 547	344,413,003
Empréstimos obtidos	13	162 262 976	263 508 604
Fornecedores e outros credores	15	72 362 571	80 904 399
TOTAL DE PASSIVOS E CAPITALS PRÓPRIOS		667 229 251	889 894 948

STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstração de Resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

	Notas	2018	2017
Vendas de bens e serviços	16	312 963 191	394 403 157
Custos dos inventários produzidos ou consumidos	17	(133 900 937)	(63 691 265)
Custos com o pessoal	18	(128 476 272)	(109 156 700)
Fornecimentos e serviços de terceiros	19	(76 274 686)	(93 308 420)
Depreciação e amortização	5	(34 929 566)	(28 049 400)
Provisões	21	(3 609 384)	-
Ajustamentos de inventário	7.1	(1 875 069)	-
Outros ganhos e perdas operacionais	22	2 351 205	19 455 740
Resultados operacionais		(63 751 518)	119 653 112
Rendimentos financeiros	23	29 291 727	43 060 026
Gastos financeiros	23	(96 093 134)	(84 950 451)
Resultados antes dos impostos		(130 552 926)	77 762 687
Imposto sobre o rendimento	24	(17 806 054)	(27 110 163)
Resultado líquido do período		(148 358 980)	50 652 524

STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstração das Alterações de Capital Próprio
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

	Capital social	Reservas	Resultados líquidos do período	Total dos fundos próprios
Balanco em 31 de Dezembro de 2016	245 935 000	38 554 016	113 693 415	398 182 431
Transferências	-	85 270 061	(85 270 061)	-
Ajustamentos	-	-	-	-
Dividendos Declarados	-	-	(28 423 354)	(28 423 354)
Resultado de 2017	-	-	50 652 524	50 652 524
Balanco em 31 de Dezembro de 2017	245 935 000	123 824 077	50 652 524	420 411 601
Transferências	-	37 989 393	(37 989 393)	-
Ajustamento	-	-	-	-
Dividendos declarados 2017	-	-	(12 663 131)	(12 663 131)
Resultados de Exercício 2018	-	-	(148 358 980)	(148,358,980)
Balanco em 31 de Dezembro de 2018	245 935 000	161 813 470	(148 358 980)	259 389 490



STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

	Not as	2018	2017
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(148 358 980)	50 652 524
Ajustamentos:			
Depreciações	5	34 929 568	28 045 185
Imparidade de clientes e outros devedores		-	-
Reversão de Imparidades		33 773	(2 580 138)
Impostos diferidos		17 806 053	(26 106 873)
Ajustamentos		(4 839)	-
		<u>(95 594 426)</u>	<u>50 010 698</u>
Diminuição de inventários		8 054 775	1 026 734
Diminuição de clientes e outros devedores		(55 011 481)	49 869 432
Diminuição de fornecedores de outros credores		(12 720 811)	46 489 622
		<u>(155 271 942)</u>	<u>147 396 486</u>
Imposto pago		-	(49 181 367)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		<u>(155 271 942)</u>	<u>98 215 119</u>
Fluxo de caixa das actividades de Investimento			
Aquisição de activos tangíveis	5	(52 429 353)	(137 211 297)
Aquisição de activos intangíveis	6	(1 070 210)	(2 880 564)
Venda ou abates de activos tangíveis	5	8 949 761	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<u>(44 549 802)</u>	<u>(140 091 861)</u>
Fluxo de caixa das actividades de Financiamento			
Empréstimos Contraídos		119 872 801	263 508 604
Empréstimos Reembolsados		(174 095 216)	(8 732 232)
Dividendos pagos		(8 484 48)	(28 423 354)
Caixa líquida das actividades de financiamento		<u>(62 706 563)</u>	<u>226 353 018</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(262 528 308)	184 476 276
Caixa e seus equivalentes no início do período		432 908 902	248 432 626
Caixa e seus equivalentes no final do período		<u>170 380 596</u>	<u>432 908 902</u>
		170 380 596	432 908 902

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória

A STEMA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola, SA foi constituída por escritura pública a 9 de Abril de 1996, sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede social na cidade da Matola, província de Maputo e rege-se pela legislação em vigor na República de Moçambique. A sua duração é por tempo indeterminado e tem por objecto principal a prestação de serviços para o aprovisionamento e para uma gestão de stocks de cereais, redução de quebras e racionalização dos custos de manuseamento e armazenagem de cereais.

As principais actividades da STEMA incluem: (i) Receber, armazenar e distribuir cereais por via marítima, ferroviária e rodoviária (ii) Gerir stocks de cereais numa base comercial (iii) Garantir a prestação de serviços a clientes e demais organismos utilizadores com qualidade e preços competitivos (iv) Promover a prestação de serviços de apoio multiforme para cereais em trânsito de e para países da região, bem como realizar operações comerciais no mercado nacional e internacional dos cereais; e (v) Importar e exportar cereais.

2. Bases de Contabilização

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com o PGC- NIRF (Plano Geral de Contabilidade – Normas Internacionais de Relato Financeiro), e em consequência, com base no princípio do custo histórico, exceto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCFR).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias de natureza financeira, incluindo acontecimentos subseqüentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que consideram adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação destas demonstrações financeiras.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afetem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos Activos, passivos, rendimentos e ganhos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência

histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos Activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior Índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são consideradas significativos, são apresentadas na nota 1.3.

Assim, estas demonstrações refletem o resultado das operações e a posição financeira da STEMA, SA - silos e Terminal Graneleiro da Matola com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, sendo apresentadas em Meticais (que constitui a moeda funcional), arredondados à unidade mais próxima, em Meticais.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão a 28 de Fevereiro 2019, estando as mesmas ainda sujeitas, a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação em vigor.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e fluxos de caixa.

2.2. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção de determinados pressupostos e estimativas que afetam os Activos e passivos relatados, a divulgação de Activos e passivos contingentes à data da demonstração da posição financeira e os valores reportados dos rendimentos e gastos do período reportado. Os resultados reais poderão ser diferentes de tais estimativas.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

i) Activos intangíveis

Os Activos intangíveis com uma vida útil finita são registados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, sendo apenas reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a Empresa, se for possível medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa tiver controlo sobre os mesmos. As amortizações são reconhecidas através do método da linha reta sobre as suas vidas úteis estimadas. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato, sendo que o efeito das alterações na estimativa é registado de forma prospetiva. Os Activos intangíveis com uma vida útil indefinida que são adquiridos separadamente são registados pelo custo menos as perdas por imparidade acumuladas, sendo sujeitos anualmente a testes formais de imparidade.

As despesas de investigação são reconhecidas como custos do exercício em que foram incorridas.

Um ativo intangível é desreconhecido na alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas que resultem do desreconhecimento de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo, são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido.

ii) Activos tangíveis

Os Activos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das subseqüentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Os trabalhos em curso representam Activos ainda a serem construídos/desenvolvidos, e são registados pelo custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta sobre a vida útil do ativo. O cálculo das depreciações começa assim que os bens subjacentes estão disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração da Empresa. A vida útil é determinada com base na utilização esperada do ativo, o desgaste, a obsolescência técnica e o valor residual. O valor residual atribuível ao ativo é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de Activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e a operar sob condições semelhantes àquelas em que o ativo será usado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada (em anos) que se seguem:

- Edifícios	20 a 50
- Equipamento básico	3 a 10
- Equipamento administrativo	4 a 10
- Equipamento de transporte	3 a 10
- Ferramentas e utensílios	3 a 6
- Outros Activos tangíveis	3 a 10

As despesas relativas à substituição de componentes de Activos tangíveis são adicionadas aos respetivos Activos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses Activos abatido e registado em "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos Activos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

As depreciações e amortizações dos Activos tangíveis e intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica "Amortizações", na demonstração dos resultados. As eventuais alterações no período de vida útil estimada dos Activos tangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

Um ativo fixo tangível é desreconhecido após a alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros resultantes do uso continuado do ativo. Qualquer ganho ou perda resultante da alienação ou baixa de um ativo tangível é determinado como a diferença entre os proveitos da venda e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido nos resultados.

iii) Imparidade de Activos tangíveis e de Activos intangíveis

No final de cada período de relato, a Empresa revê as quantias escrituradas dos seus Activos tangíveis e dos outros Activos intangíveis para determinar se existem indícios de que tais Activos estão em imparidade. Se existirem tais indícios, a quantia recuperável do ativo é estimada para determinar a extensão da perda por imparidade (se existir). Quando não é possível estimar a quantia recuperável de um ativo individual, a Empresa estima a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que o ativo foi imputado. Quando pode ser identificada uma base razoável e consistente de alocação, os Activos *corporate* também são alocados a unidades geradoras de caixa individuais, ou são alocados ao grupo mais pequeno de unidades geradoras de caixa para os quais possa ser identificado uma base razoável e consistente de alocação.

A quantia recuperável é o valor mais alto entre o justo valor menos os custos da alienação e o valor de uso. Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelo seu valor presente apurados através de de uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições do mercado atual, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do ativo, para o qual as estimativas dos fluxos de caixa futuros ainda não foram ajustadas.

Se a quantia recuperável de um ativo (ou de uma unidade geradora de caixa) tiver uma estimativa inferior à sua quantia escriturada, a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) será reduzida para a sua quantia recuperável. É imediatamente reconhecida nos resultados uma

perda por imparidade, salvo se o ativo relevante for registado pela quantia reavaliada, nesse caso a perda por imparidade é inicialmente tratada como um decréscimo de reavaliação.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) é aumentada para a estimativa revista da sua quantia recuperável, mas de forma a que a quantia escriturada aumentada não ultrapasse a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida a perda por imparidade do ativo (ou da unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. É imediatamente reconhecida nos resultados uma reversão da perda por imparidade, salvo se o ativo relevante for registado pela quantia reavaliada, nesse caso a reversão da perda por imparidade é tratada como um acréscimo de reavaliação.

iv) Locações

Uma locação é um acordo através do qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos o direito de usar um ativo durante um período de tempo acordado. Uma locação financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo. A propriedade poderá ou não ser transferida. Uma locação operacional é uma locação não financeira.

A classificação da locação como financeira ou operacional é realizada com base na substância e não na forma do contrato.

Os Activos tangíveis que são adquiridos através de um contrato de locação financeira são registados como Activos tangíveis, pelo seu justo valor no início da locação, ou, se for inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação, e as suas depreciações acumuladas correspondentes, e quaisquer dívidas pendentes são registadas em conformidade com o plano financeiro contratual. Os pagamentos mínimos da locação realizados ao abrigo de locações financeiras são repartidos entre as despesas financeiras e a redução do passivo pendente. As despesas financeiras são alocadas todos os anos durante o prazo da locação para produzir uma taxa de juro periódica e constante do restante saldo do passivo.

Nas locações operacionais, os pagamentos da locação devidos são reconhecidos como despesa na demonstração de resultados de forma linear durante o prazo da locação.

v) Activos e passivos financeiros

Os Activos financeiros e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os Activos financeiros e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor.

Os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de Activos financeiros ou passivos financeiros são adicionados ao ou deduzidos do justo valor dos Activos financeiros ou passivos financeiros, conforme apropriado, do reconhecimento inicial. Os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição de Activos financeiros ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados são imediatamente reconhecidos nos resultados.

a) Activos financeiros

Os Activos financeiros são classificados pela Empresa nas seguintes categorias: Activos financeiros "registados ao justo valor através de resultados" (FVTPL), "investimentos detidos até à maturidade", "Activos financeiros disponíveis para venda" (AFS) e "empréstimos e contas a receber". A classificação depende da natureza e do objetivo dos Activos financeiros, sendo determinada no momento do reconhecimento inicial. Todas as compras ou vendas convencionais de Activos financeiros são reconhecidas e desreconhecidas com base na data de transação. As compras ou vendas convencionais são compras ou vendas de Activos financeiros que exigem a entrega dos Activos no período estipulado pelo regulamento ou convenção do mercado.

A classificação é definida na altura do reconhecimento inicial e reavaliada anualmente.

Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados

Os Activos financeiros são classificados como registados ao justo valor através de resultados quando são detidos para negociação ou quando são designados pelo justo valor através de resultados. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido a curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método eliminar ou reduzir significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como Activos financeiros detidos para negociação, salvo se tiverem sido designados para operações de cobertura. Os Activos desta categoria são classificados como Activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem nos 12 meses após a data de balanço. Os Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados são registados pelo justo valor, sendo que quaisquer ganhos ou perdas resultantes da remensuração são reconhecidos nos resultados. Os ganhos ou perdas líquidas reconhecidas nos resultados incluem qualquer dividendo ou juro obtido sobre o ativo financeiro.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, salvo se vencerem nos 12 meses após a data de balanço. Os investimentos detidos até à maturidade são Activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis e com maturidade definida, que a Empresa pretende e consegue deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva, deduzido de imparidades.

Empréstimos e contas a receber

São Activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados Activos/líquidos. Estes Activos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro, produtos ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida. Os empréstimos e contas a receber são classificados como Activos correntes, salvo se a maturidade for superior ao período de 12 meses após a data de balanço, nesses casos são classificados como Activos não correntes. Os empréstimos e contas a receber (incluindo clientes, conta corrente, saldos bancários e caixa e outros devedores) são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva, deduzido de imparidades. O rédito de juros é reconhecido através da aplicação da taxa de juro efetiva, exceto no caso de contas a receber a curto prazo, quando o efeito do desconto é imaterial.

Valor temporal do dinheiro

O ciclo económico normal, em que é expectável que as contas a receber se realizem, é de 12 meses. Caso se verifique que existe um desfasamento significativo entre o período em que os serviços são fornecidos e a retribuição é recebida.

O efeito do valor temporal do dinheiro (em conformidade com a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) é refletido quando é material, tendo em consideração a estimativa efetuada pelo Conselho de Administração.

Activos financeiros disponíveis para venda

Estes Activos incluem Activos financeiros não derivados, que são designados como disponíveis para venda, ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos Activos não correntes, salvo se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento nos 12 meses após a data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Estes investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor à data de aquisição, que é habitualmente o valor pago à data de aquisição, incluindo os custos de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados pelo justo valor através dos resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelo seu justo valor de acordo com o valor de mercado à data de balanço, sem dedução de quaisquer custos de transação que possam ocorrer até à sua venda. Na ausência de um justo valor determinável, certos investimentos disponíveis para venda poderão ser registados pelo custo, menos a imparidade (se existir).

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados na demonstração do outro rendimento integral, na rubrica "Reservas de justo valor – investimentos disponíveis para venda" até o investimento ser vendido, recebido ou alienado de qualquer forma, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda por imparidade significativa ou permanente, momento em que o ganho ou a perda acumulada é registada separadamente na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados na demonstração dos resultados.

Os ganhos e as perdas realizados ou não provenientes de alterações no justo valor dos "Investimentos registados pelo justo valor através dos resultados" são registados nas demonstrações dos resultados.

O justo valor dos investimentos baseia-se nos preços do mercado atual. Se o mercado ao qual os investimentos foram imputados não for um mercado ativo (investimentos não cotados), a Empresa regista-os pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do respetivo mercado à data de balanço.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados pelo custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva, líquidos de amortizações de capital e juros recebidos. O método da taxa de juro efetiva é o método para o cálculo do custo amortizado de um instrumento de dívida e da imputação dos juros obtidos durante o período relevante. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados (incluindo todos os honorários e comissões pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios

ou descontos) através da vida útil esperada do instrumento de dívida, ou, quando apropriado, de um período mais curto, da quantia escriturada líquida no reconhecimento inicial. Os proveitos são reconhecidos através do método da taxa de juro efetiva para instrumentos de dívida que não os Activos financeiros classificados como registados ao justo valor através de resultados.

Todos os investimentos financeiros disponíveis para venda que representem ações em empresas não cotadas são registados pelo seu custo de aquisição, tendo sempre em consideração quaisquer perdas por imparidade em caso de indícios objetivos de imparidade. O Conselho de Administração da Empresa acredita que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os dividendos recebidos relativos a instrumentos de capital próprio que estão classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que o direito a receber os mesmos foi estabelecido.

b) Desreconhecimento de Activos financeiros

Os Activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) os direitos contratuais da Empresa expiram após o recebimento de seus fluxos de caixa futuros; (ii) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; (iii) apesar de reter, mas não substancialmente, os riscos e benefícios associados à sua participação, a Empresa transferiu o controlo sobre os Activos.

Consequentemente, os saldos de clientes, representados por títulos e valores a receber descontados e não pagos, descontados em factoring, são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa em contrapartida da rubrica "Outras contas a pagar - outras" quando são adiantados.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a Empresa: (i) liquida o passivo, pagando o mesmo ao credor ou; (ii) é legalmente liberada da responsabilidade primária pela responsabilidade, seja por lei, seja pelo credor.

c) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos pela Empresa são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio, em conformidade com a substância das disposições contratuais e as definições de um passivo financeiro e de um instrumento de capital próprio.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos Activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados" ou como "outros passivos financeiros".

- Passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados como registados ao justo valor através de resultados quando são detidos para negociação, ou quando são designados pelo justo valor através de resultados. Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se: (a) tiver sido incorrido principalmente para ser recomprado a curto prazo; ou (b) no reconhecimento inicial fizer parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que a Empresa gere conjuntamente e tiver um padrão atual recente de lucros a curto prazo; ou (c) for um derivado que não é designado ou efetivo como instrumento de cobertura. Um passivo financeiro que não seja um passivo financeiro detido para negociação poderá ser designado como registado a justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se: (a) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma aumentaria; ou (b) o passivo financeiro fizer parte de

um grupo de Activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que seja gerido e cujo desempenho seja avaliado com base no justo valor, em conformidade com a estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento da Empresa, e a informação sobre o agrupamento for fornecida internamente nessa base; ou (c) fizer parte de um contrato que contém um ou mais derivados incorporados, e o - NIRF (Plano Geral de Contabilidade – Normas Internacionais de Relato Financeiro) permitir que a totalidade do contrato híbrido seja designado como registado ao justo valor através de resultados. Os passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são registados pelo justo valor, sendo que quaisquer ganhos ou perdas resultantes da mensuração são reconhecidos nos resultados. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos nos resultados incluem qualquer juro suportado sobre o passivo financeiro.

- Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e passivos comerciais e outros passivos a pagar) são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. O método da taxa de juro efetiva é o método para o cálculo do custo amortizado de um passivo financeiro e da imputação dos juros suportados durante o período relevante. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados (incluindo todos os honorários e comissões pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) através da vida útil esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) de um período mais curto, da quantia escriturada líquida no reconhecimento inicial.

O justo valor dos instrumentos financeiros negociados em mercados Activos baseia-se nas cotações do mercado à data de balanço. O justo valor de instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo é determinado através de técnicas de avaliação geralmente aceites. Estas técnicas de avaliação incluem estimativas e pressupostos sobre taxas *forwards* e taxas de desconto baseadas numa taxa de juro única ou numa curva de rendimentos baseada nas condições de mercado existentes à data de balanço. O justo valor de empréstimos e dos *swaps* de taxa de juro é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base numa curva de rendimentos aplicável à data de balanço.

O justo valor de contratos de câmbio a prazo é determinado através taxas de câmbio a prazo cotadas à data de balanço. Presume-se que a quantia escriturada líquida das contas a receber e a pagar é aproximadamente igual ao justo valor devido à natureza a curto prazo. O justo valor dos passivos financeiros não correntes é estimado descontando os fluxos de caixa futuros através de curvas de rendimentos.

Para títulos de capital não cotados incluídos na categoria de disponíveis para venda é aplicado o método da equivalência patrimonial como aproximação do justo valor. Quando o método da equivalência patrimonial é aplicado, o input deriva das demonstrações financeiras dos investimentos de capital não cotados.

O risco da contraparte relativamente a mecanismos desencadeadores de imparidade baseia-se no julgamento da posição financeira da contraparte. O decréscimo significativo e prolongado do justo valor do ativo financeiro disponível para venda depende da volatilidade média do instrumento, se um instrumento ultrapassar determinados intervalos tanto em termos de período de tempo como de volatilidade negativa, é considerado um mecanismo desencadeador de imparidade. Isto é considerado para cada item individualmente.



d) Imparidade de Activos financeiros

Os Activos financeiros, que não são registados ao justo valor através de resultados, são analisados para verificar a presença de indicadores de imparidade no final de cada período de relato. É considerado que os Activos financeiros estão em imparidade quando existem evidências objetivas de que, como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram afetados.

No caso de investimentos em títulos cotados, o decréscimo significativo e prolongado do justo valor do título abaixo do seu custo de aquisição é considerado uma evidência objetiva de imparidade.

No caso de outros Activos financeiros, a evidência objetiva de imparidade poderá incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte; ou
- violação de contrato, tal como um incumprimento ou relaxe nos pagamentos de juro ou de capital; ou
- tornar-se provável que o mutuário entre em processo de falência ou reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro em questão devido a dificuldades financeiras.

No caso de determinadas categorias de Activos financeiros, como contas a receber, os Activos são submetidos a uma análise de imparidade de forma coletiva mesmo que individualmente a análise tenha revelado que não estavam em imparidade. As evidências objetivas de imparidade para um portfólio de contas a receber poderão incluir a experiência passada da Empresa na cobrança de pagamentos, o aumento do número de pagamentos em atraso no portfólio para além do período de crédito médio, assim como alterações observáveis nas condições económicas nacionais ou locais que estejam relacionadas com o incumprimento nas contas a receber.

No caso de Activos financeiros registados pelo custo amortizado, o valor da perda por imparidade reconhecida é a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

No caso de Activos financeiros registados pelo custo, o valor da perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno de mercado atual para um ativo financeiro semelhante.

A quantia escriturada do ativo financeiro é reduzida pela perda por imparidade diretamente para todos os Activos financeiros com a exceção das contas a receber, para as quais a quantia escriturada é reduzida através do uso de uma conta de imparidade. Quando uma conta a receber é considerada incobrável, é abatida por contrapartida da conta de abatimento. A recuperação subsequente de quantias previamente abatidas é creditada por contrapartida da conta de imparidade. As recuperações subsequentes de quantias previamente em imparidade são creditadas por contrapartida da conta de imparidade. As alterações na quantia escriturada da conta de imparidade são reconhecidas nos resultados.

Quando é considerado que um ativo disponível para venda está em imparidade, os ganhos ou perdas cumulativos previamente reconhecidos em outro rendimento integral são reclassificados para os resultados do exercício.

No caso de Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado, se, num período subsequente, o valor da perda por imparidade decrescer e o decréscimo estiver objetivamente relacionado com um evento após a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade previamente reconhecida é

revertida através dos resultados, na medida em que a quantia escriturada revertida do investimento à data da imparidade não ultrapasse o custo amortizado caso a imparidade não tivesse sido inicialmente reconhecida.

No caso de títulos de capital disponíveis para venda, as perdas por imparidade previamente reconhecidas não são revertidas através dos resultados. Qualquer aumento no justo valor subsequente a uma perda de imparidade é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado na rubrica "reserva de reavaliação de investimentos". No caso de títulos de dívida disponíveis para venda, as perdas por imparidade são subsequentemente revertidas através dos resultados, se um aumento do justo valor do investimento estiver objetivamente relacionado com um evento após o reconhecimento da perda de imparidade.

vi) Caixa e seus equivalentes

Os valores incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem a caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros investimentos de caixa que vençam num prazo inferior a três meses, que sejam imediatamente mobilizáveis e tenham um risco insignificante de alteração do valor.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes Activos.

vii) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo valor mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer na sua alienação). Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados pelo custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima, da mão-de-obra direta e os custos gerais de fabrico.

A imparidade relativa à obsolescência dos inventários é registada para refletir a diferença entre o valor do custo dos inventários e o seu respetivo valor realizável líquido, quando o último seja inferior à quantia escriturada à data de balanço.

viii) Especialização dos exercícios

Os rendimentos e gastos são registados no exercício a que se referem, independentemente da data do pagamento ou da factura correspondente.

As rubricas "Outros Activos correntes" e "Outros passivos correntes" incluem os rendimentos e gastos do exercício que só serão facturados no futuro. Essas rubricas também incluem recebimentos e pagamentos que já ocorreram mas que só irão corresponder a proveitos e despesas em exercícios futuros, sendo registados na demonstração de resultados do exercício futuro.

ix) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor das retribuições recebidas ou a receber. O rédito é deduzido para devoluções de clientes, descontos e outros semelhantes.

a) Produção e prestações de serviços não foram facturadas

A Empresa reconhece o resultado líquido dos trabalhos de cada contrato em conformidade com o método da percentagem de acabamento, que é definida como o rácio entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estimados para concluir a obra. As diferenças obtidas entre os valores que resultam da aplicação da percentagem de acabamento ao resultado estimado e os valores facturados são registadas nas sub-rubricas "Produção e prestação de serviços não facturados" ou "Facturação antecipada", incluídas nas rubricas "Outros Activos correntes" e "Outros passivos correntes", respetivamente.

Note-se que o resultado estimado é constantemente atualizado, entre outros fatores, pelas variações cambiais quando a moeda funcional é diferente da moeda do contrato ou quando a moeda funcional é diferente da moeda que o contrato é Indexado.

A variação nos trabalhos relativamente ao rédito acordado no contrato é reconhecida através dos resultados para o exercício em que é provável que o cliente aprove a quantia de rédito resultante da variação, e possa ser mensurada de forma fiável.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato ("claims") são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atingem uma fase avançada e quando é virtualmente certa a probabilidade de o cliente aceitar a reclamação e possam ser mensuradas de forma fiável.

Para suportar os custos estimados a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece um passivo anual para suportar esta obrigação. Esta estimativa é calculada tendo em consideração o volume anual de produção e os registos históricos de custos incorridos no passado com obras similares durante o período de garantia e que se encontra registada nas demonstrações financeiras da Empresa na rubrica "Provisões".

Quando for provável que os custos totais previstos do contrato de construção ultrapassem o rédito definido pelo mesmo, a perda esperada é reconhecida na sua totalidade e imediatamente na demonstração dos resultados à medida que as mesmas ocorrem.



Vendas e restantes atividades

O rédito proveniente das vendas e restantes atividades é reconhecido na altura da sua realização ou com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço, desde que todas as seguintes condições sejam preenchidas:

- o valor do rédito pode ser mensurado de forma fiável;
- é provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados de forma fiável;
- a fase de acabamento da transação à data de balanço pode ser mensurada de forma fiável;
- os riscos e os benefícios significativos da propriedade dos bens são transferidos para o comprador; e
- a Empresa não retém envolvimento continuado de gestão na medida normalmente associada à propriedade, nem controlo efetivo sobre os bens vendidos.

x) Activos, passivos e transações em moeda estrangeira

Todas as transações em moeda estrangeira são registadas na moeda funcional na altura do seu reconhecimento inicial através da aplicação, ao valor em moeda estrangeira, da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

No final de cada período de relato os itens monetários e não monetários em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fecho.

As diferenças na conversão de moeda resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários através de taxas diferentes das que foram usadas para os converter no reconhecimento inicial, durante o exercício ou nas demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas através dos resultados para o exercício em que ocorrem.

O Conselho de Administração considera que a moeda na qual os preços de venda de serviços são determinados e liquidados é principalmente a moeda local. A moeda que influencia em grande medida os custos de mão-de-obra, materiais e outros de fornecimento de bens ou serviços, que muitas vezes é a moeda em que tais custos são determinados e liquidados, é também a moeda local.

xi) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento representa a soma do imposto a pagar e do imposto diferido. O valor do imposto sobre o rendimento incluído na demonstração de resultados é determinado em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais, com base nos impostos sobre o rendimento a pagar e os recuperáveis.

O lucro tributável difere dos "resultados antes dos impostos" presente na demonstração dos resultados devido a itens de rendimento ou gastos que sejam tributáveis ou dedutíveis noutros exercícios ou itens que nunca serão tributáveis ou dedutíveis. Os Activos e passivos por impostos diferidos, resultantes de diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos Activos e passivos e a base tributável dos mesmos, são calculados através da taxa de tributação que se espera estar em vigor na data de realização ou liquidação. Os Activos por impostos diferidos são reconhecidos se a sua realização for provável. Quando existir um direito legalmente aplicável de compensar e no mesmo grupo fiscal, os Activos e passivos por impostos diferidos são apresentados como líquidos no balanço.

xii) Custos de empréstimos obtidos

Os custos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício em que foram incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

O rendimento gerado através do investimento temporário de empréstimos específicos pendentes a sua despesa em Activos qualificados é deduzido dos custos dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

xiii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um ex-fluxo de recursos e o valor da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas em cada data de balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é material).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que a Empresa evidencia no seu Balanço referem-se essencialmente a garantias a clientes.

As provisões para garantias a clientes (relacionadas com contratos de construção), têm por base a avaliação realizada pela Empresa quanto ao montante necessário para fazer face aos encargos futuros derivados dos contratos de construção. Essa avaliação tem por base o histórico de gastos com garantias a clientes incorridos pela Empresa nos últimos exercícios, o histórico de facturação da Empresa e a tipologia das obras ainda em período de garantia.

xiv) Benefícios dos colaboradores

Benefícios dos colaboradores a curto prazo e longo prazo

É reconhecido um passivo para os benefícios relativos a colaboradores em termos de salários e vencimentos, férias anuais e baixa médica no período em que o serviço em questão foi prestado pelo valor não descontado dos benefícios esperados a pagar em troca desse serviço.

Os passivos reconhecidos, relativos aos benefícios de colaboradores a curto prazo, são mensurados pelo valor não descontado dos benefícios esperados a pagar em troca do serviço em questão. Os passivos reconhecidos, relativos aos benefícios de outros colaboradores a longo prazo, são mensurados pelo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados a realizar pela Empresa relativamente aos serviços prestados por colaboradores até à data de balanço.

xv) Classificação corrente e não corrente

Os Activos financeiros que são realizáveis e os passivos financeiros a pagar mais de um ano após a data de balanço são classificados, respetivamente, como Activos não correntes e passivos não correntes.

xvi) Contingências

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas quando materialmente relevantes, salvo se a possibilidade de uma saída de fundos for remota.

Os Activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados quando materialmente relevantes e caso exista a probabilidade de haver um benefício económico futuro.

xvii) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que forneçam informação adicional sobre condições que existiam à data de balanço (eventos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de balanço que forneçam informação sobre condições que ocorram após a data de balanço (eventos que não dão lugar a ajustamentos), se materiais, são divulgados.

xviii) Demonstração dos fluxos de caixa

A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração do valor é insignificante, incluindo os depósitos dados como garantia ao abrigo de cláusulas contratuais.

A demonstração dos fluxos de caixa é classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, os pagamentos a fornecedores, os pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa envolvidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos resultantes da compra e venda de Activos fixos.

xix) Julgamentos e estimativas

Na aplicação das políticas contabilísticas da Empresa, que são descritas na nota 1, o Conselho de Administração da Empresa tem de proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos sobre as quantias escrituradas de Activos e passivos que não são imediatamente observáveis a partir de outras fontes.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revista, se a mesma afetar apenas o exercício ou no exercício e em exercícios futuros se a alteração de estimativa afetar o exercício corrente e os exercícios futuros.

Seguem-se os julgamentos críticos, para além dos que envolvem estimativas, que o Conselho de Administração efetuou no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa, e que têm um efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do exercício de 2018 incluem:

- Registo de provisões e perdas por imparidade para as contas a receber;
- Reconhecimento do rédito e gastos para trabalhos em curso;
- Estimativas de provisões para garantia de obra e outras responsabilidades;
- Estimativas da vida útil de Activos tangíveis e intangíveis.

Algumas destas políticas contabilísticas requerem a aplicação de julgamentos significativos por parte do Conselho de Administração para selecionar os pressupostos apropriados para determinar estas estimativas. Estes pressupostos e estimativas baseiam-se na nossa experiência histórica, nos conselhos de consultores experientes, em previsões e noutras circunstâncias e expectativas à data de fecho do período financeiro. A avaliação é considerada no contexto da situação económica global da indústria e da região em que a Empresa opera. Dada a sua natureza, estes julgamentos estão sujeitos a um nível inerente de incerteza; consequentemente, os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas e dos pressupostos usados. Nestes casos, as quantias escrituradas dos Activos e passivos são ajustadas.

À data de elaboração destas Demonstrações Financeiras, não são antecipadas alterações relevantes nas estimativas feitas e, consequentemente, não se esperam alterações significativas do valor dos Activos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro de 2018.

Apesar destas estimativas e dos pressupostos serem realizados com base nas circunstâncias e em todos os factos disponíveis, é possível que eventos futuros obriguem a administração a emendar tais estimativas e pressupostos em exercícios futuros. As alterações nas estimativas contabilísticas são reconhecidas de forma prospetiva, na demonstração dos resultados do exercício em que as alterações ocorrem.

4. Gestão do Risco Financeiro e Gestão do Capital

Visão geral

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, em especial riscos relacionados com a liquidez, o crédito, as taxas de juro, e as taxas de câmbio para transacções e conversão. Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenvolvimento da sua atividade e implica incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração de capital próprio.

Os riscos financeiros são geridos pelo departamento financeiro da Empresa em conformidade com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Estas políticas são estabelecidas para identificar e analisar o risco financeiro a que a Empresa está exposta, para estabelecer limites e controlos de risco apropriados e para monitorizar o cumprimento desses limites. O departamento financeiro do STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola gere estes riscos em estreita cooperação com as operações comerciais e outros departamentos da Empresaria.

A Empresa está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio.

A exposição a estes riscos ocorre no decurso da atividade normal do STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola e é gerida de forma consolidada.

Exposição ao Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Empresa poder não conseguir gerar fluxos de caixa suficientes, a partir das suas operações, para cumprir as suas obrigações financeiras resultantes de contratos e de compromissos financeiros a curto prazo. O risco de liquidez da Empresa baseia-se nos recursos financeiros gerados pelas ou usados nas atividades operacionais e de investimento, as características de maturidade da dívida, e o uso de caixa.

A política de gestão do risco de liquidez assumida ao nível do STEMA, SA - silos e Terminal Graneleiro da Matola pretende garantir que existem sempre fundos suficientes disponíveis na Stema, para cumprir atempadamente todas as obrigações financeiras assumidas.

Os elevados níveis de flexibilidade financeira, essenciais para gerir este risco, são alcançados através das seguintes medidas de gestão da Empresa

- Contratação e manutenção de linhas de crédito a curto prazo, para servir de reservas de liquidez, disponíveis a qualquer momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de caixa, possibilitando a previsão de futuros excedentes e défices de caixa, e a optimização e gestão integrada de fluxos de caixa;
- Financiamento dos investimentos a médio e longo prazo, ajustando as maturidades da dívida e o plano de pagamento dos passivos resultantes dos empréstimos à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto;
- Negociação do refinanciamento de empréstimos a médio e longo prazo, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;

- Promover, uma estrutura de dívida na empresa fomentando os níveis de financiamento a médio e longo prazo, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis a curto prazo, criando-se alguma imunidade a fatores conjunturais dos mercados financeiros; e
- Escalonamento da maturidade da dívida ao longo do tempo, procurando prolongar a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns Activos a longo prazo detidos pela Empresa.

A gestão eficaz do risco de liquidez está intimamente relacionada com a gestão adequada dos restantes riscos financeiros, que contribuem simultaneamente para a prossecução deste objetivo, assegurando a realização dos fluxos de caixa nos momentos e valores previstos.

A informação relativa aos valores de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2018, é apresentada na Nota 9. Caixa e seus equivalentes.

Exposição ao Risco de Crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenvolvimento normal das suas diversas atividades, sendo que as atividades de prestação de serviços e de vendas merecem uma atenção especial. A mitigação deste risco é conseguida de forma preventiva através do recurso a entidades que fornecem informação sobre os perfis de risco de crédito, que apoia as decisões referentes a empréstimos.

A Empresa definiu estruturas de controlo e cobrança de crédito, e nalguns casos é promovida a contratação de seguros de crédito junto de seguradoras especializadas e reputadas. Estas medidas contribuem para a manutenção das contas a receber dentro de níveis que não afetam a saúde financeira da Empresa.

A política de gestão de risco de crédito seguida pela Empresa promove a não exposição a riscos de crédito significativos em relação aos seus clientes.

Exposição ao Risco de Taxa de Câmbio

A atividade da Empresa está exposta ao risco do câmbio de moedas estrangeiras. A exposição ao risco de taxa de câmbio está relacionada com os pagamentos realizados em mercados internacionais devido ao pagamento de serviços especializados de manutenção reparação dos seus equipamentos.

Durante 2018, não foram realizadas pela Empresa transacções de cobertura derivativa para mitigar o risco de taxa de câmbio.

5. Activos Tangíveis

Descrição	Construções	Equipamento Básico	Mobiliário e Equipamento Administrativo e Social	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhames	Investimentos em Curso	Total
Custo								
Em 1 de Janeiro de 2018	268 235 716	187 514 220	11 896 081	36 777 447	543 052	29 115	198 574 368	703 569 999
Adições	2 480 191	3 214 770	1 212 953	8 192 168	-	-	37 329 272	52 429 353
Transferências	-	204 140 402	-	-	-	-	(204 140 402)	-
Abates	-	-	-	(12 954 168)	-	-	-	(12 954 168)
Em 31 de Dezembro de 2018	270 715 907	394 869 392	13 109 034	32 015 447	543 052	29 115	31 763 237	743 045 184
Depreciações Acumuladas								
Em 1 de Janeiro de 2018	189 872 491	142 593 593	9 474 054	23 083 157	518 930	18 925	-	365 561 150
Depreciações do Exercício	9 760 599	17 987 300	1 704 083	5 471 094	5 036	1 456	-	34 929 568
	-	-	-	(4 004 407)	-	-	-	(4 004 407)
Em 31 de Dezembro de 2018	199 633 090	160 580 893	11 178 137	24 549 844	523 966	20 381	-	396 486 311
Quantia Escriturada								
Em 01 de Janeiro de 2018	78 363 225	44 920 627	2 422 027	13 694 290	24 122	10 190	198 574 368	338 008 849
Em 31 de Dezembro de 2018	71 082 817	234 288 499	1 930 896	7 465 603	19 086	8 734	31 763 237	346 558 873



5. Activos Tangíveis (Continuação)

Descrição	Construções	Equipamento Básico	Mobiliário e Equipamento Administrativo e Social	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhames	Investimentos em Curso	Total
Custo								
Em 1 de Janeiro de 2017	210 241 066	186 015 902	10 098 376	30 019 981	543 052	29 115	129 411 280	566 358 772
Adições	-	1 498 318	1 797 705	6 757 466	-	-	127 157 738	137 211 227
Transferências	57 994 650	-	-	-	-	-	(57 994 650)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	268 235 716	187 514 220	11 896 081	36 777 447	543 052	29 115	198 574 368	703 569 999
Depreciações Acumuladas								
Em 1 de Janeiro de 2017	177 417 977	133 843 542	8 100 468	17 640 952	495 557	17 469	-	337 515 965
Depreciações do Exercício	12 454 514	8 750 051	373 586	5 442 205	23 373	1 456	-	28 045 185
Em 31 de Dezembro de 2017	189 872 491	142 593 593	9 474 054	23 083 157	518 930	18 925	-	365 561 150
Quantia Escriturada								
Em 01 de Janeiro de 2017	32 823 089	52 172 360	1 997 908	12 379 029	47 495	11 646	129 411 280	228 842 807
Em 31 de Dezembro de 2017	78 363 225	44 920 627	2 422 027	13 694 290	24 122	10 190	198 574 368	338 008 849



6. Activos Intangíveis

2018

Descrição	Licenças de Software	Investimentos em Curso	Total
Custo			
Em 1 de Janeiro de 2018	1 304 210	10 802 044	12 106 254
Adições	-	1 070 210	1 070 210
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>1 304 210</u>	<u>11 872 254</u>	<u>13 176 464</u>
Depreciações Acumuladas			
Em 1 de Janeiro de 2018	1 309 049	-	1 309 049
Depreciações do Exercício	-	-	-
Ajustamentos	(4 839)	-	(4 839)
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>1 304 210</u>	<u>-</u>	<u>1 304 210</u>
Quantia Escriturada			
Em 01 de Janeiro de 2018	(4 839)	10 802 044	10 797 205
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>11 872 254</u>	<u>11 872 254</u>

2017

Descrição	Licenças de Software	Investimentos em Curso	Total
Custo			
Em 1 de Janeiro de 2017	1 304 210	7 921 480	9 225 690
Adições	-	2 880 564	2 880 564
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>1 304 210</u>	<u>10 802 044</u>	<u>12 106 254</u>
Depreciações Acumuladas			
Em 1 de Janeiro de 2017	1 309 049	-	1 309 049
Depreciações do Exercício	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>1 309 049</u>	<u>-</u>	<u>1 309 049</u>
Quantia Escriturada			
Em 01 de Janeiro de 2017	(4 839)	7 921 480	7 916 641
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>(4 839)</u>	<u>10 802 044</u>	<u>10 797 205</u>



7. Inventário

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Materiais e Consumíveis	11 295 316	12 457 871
Mercadorias	<u>43 985 607</u>	<u>50 877 827</u>
	<u>55 280 923</u>	<u>63 335 698</u>

7.1 Ajustamento do Valor Realizável Líquido

Valor bruto	57,155,992	63,335,698
Ajustamento ao VRL	<u>(1,875,069)</u>	-
Valor líquido	<u>55,280,923</u>	<u>63,335,698</u>

8. Clientes e Outros Devedores

Clientes	71,675,045	36,473,300
Imparidade Acumulada	<u>(27,816,708)</u>	<u>(26,515,347)</u>
	<u>43,858,338</u>	<u>9,957,953</u>
Outros Devedores	11,667,219	6,648,434
Outros Devedores - Estado	21,988,547	5,523,243
Acréscimos de rendimentos	415,194	3,651,609
Gastos diferidos	<u>5,207,308</u>	<u>2,343,887</u>
	<u>83,136,606</u>	<u>28,125,125</u>

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

Saldo bancário	169 989 916	432 338 913
Caixa	<u>390 680</u>	<u>569 989</u>
	<u>170 380 596</u>	<u>432 908 902</u>



10. Capital Social

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
IGEPE	56%	137 723 600	137 723 600
Direcção Nacional de Tesouro	44%	108 211 400	108 211 400
		<u>245 935 000</u>	<u>245 935 000</u>

11. Reservas

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reservas		161 813 470	123 824 077
		<u>161 813 470</u>	<u>123 824 077</u>

- a) De acordo com o Artigo 44 do Código Comercial, a entidade deve transferir 5% dos seus lucros para as reservas legais até a reserva atingir 20% do Capital Social. Esta reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para aumentar o capital ou cobrir prejuízos.
- b) O aumento das reservas deveu-se a distribuição dos resultados de 2017 no valor de 50 652 524 MZN pela seguinte proporção:
- cinco por cento (5%) correspondente a 2 532 626.16 MZN para a reserva legal;
 - setenta por cento (70%) correspondente ao valor de 35 456 766.28 MZN para Reservas para Investimentos;
 - Vinte e cinco por cento (25%) correspondente a 12 663 130.81 MZN para dividendos.

12. Provisões

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para impostos de cobrança duvidosa		-	2 102 602
Provisão para processos judiciais		-	1 473 010
Outras Provisões		(3 609 384)	-
		<u>(3 609 384)</u>	<u>3 575 612</u>

13. Empréstimos Obtidos

Curto Prazo

Empréstimo Banco Único	a)	14 603 923	-
Conta Corrente Cauçionada Mozabanco	b)	95 642 037	169 186 635
Conta Corrente Cauçionada Millennium BIM	c)	5 000 000	5 000 000
Empréstimo BNI	d)	47 017 016	-
Empréstimo Standard Bank	e)	-	89 321 969
		<u>162 262 976</u>	<u>263 508 604</u>

Longo Prazo

Empréstimo Banco Único	a)	19 055 483	44 888 054
Empréstimo BNI	d)	149 462 463	76 606 678
		<u>168 517 946</u>	<u>121 494 732</u>
		<u>330 780 922</u>	<u>385 003 336</u>

- a) Empréstimo de longo prazo no montante global de 1 260 000USD convertido para meticais ao câmbio acordado na assinatura do contrato de compra e venda com o contravalor de 56 657 100 MZN. O empréstimo foi concedido a 15 de Janeiro de 2015 para o financiamento de dois imóveis, na altura em processo de construção no Condomínio Vila Sol. Este empréstimo tem maturidade a 12 de Outubro de 2020, e vence juros à taxa PLR-SF acrescido de um spread de 0,5% com pagamentos trimestrais de 20 prestações.
- b) Facilidade de Curto Prazo concedida em forma de Crédito Documentário para a importação de Cereais aprovada no montante de 339.150.000,00 Meticais, equivalente a USD 5.000.000,00 ao cambio de 67,83 e vence juros à taxa PLR-SF acrescida de um Spread de 2%. À data do balanço tinha sido utilizado em 95.642.037,00 Meticais
- c) Empréstimo de curto prazo concedido por conta corrente caucionada no valor de 5 000 000 MZN destinada ao apoio a tesouraria. A presente facilidade renova-se por período iguais e sucessivos de 180 dias. O valor vence juros à taxa anual variável correspondente à taxa PLR-SF, acrescido de um spread de 4%.
- d) Empréstimo de longo prazo no montante global de 3 000 000 USD convertível para Meticais na data do desembolso. Este financiamento foi concebido para a reparação do equipamento danificado pelo incêndio de Dezembro de 2015. O mesmo vence juros à taxa PLR-SF acrescido de um Spread de 3,25% e é reembolsado em 10 prestações trimestrais e sucessivas.
- e) Empréstimo de curto prazo no montante de 89 321 969 MZN com a finalidade de pagamento ao fornecedor da reparação do equipamento danificado pelo incêndio após a falha de desembolsos por paret do BNI – Banco Nacional de Investimentos. Após negociações entre o BNI, a STEMA e o Standard Bank, a dívida pertencente ao Standard Bank (e) foi refinanciada pelo BNI tendo sido o plano da dívida reestruturado para acomodar esta mudança.



14. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A rubrica de passivo por imposto diferido é composta por:		
Diferença de câmbio não realizadas	(1 086 886)	-
	<u>(1 086 886)</u>	<u>-</u>
A rubrica de activo por imposto diferido é composta por:		
Diferenças de câmbio não realizadas	-	16 719 169
	<u>-</u>	<u>16 719 169</u>

Movimento nas diferenças temporárias

	<u>2018</u>	Saldo a 01 de Janeiro	Reconhecido em resultados	Saldo a 31 de Dezembro
Diferença de câmbio não realizadas		16 719 168	(17 806 054)	(1 086 886)
	<u>2017</u>			
Diferença de câmbio não realizadas		(9 387 704)	26 106 872	16 719 168

15. Fornecedores e Outros Credores

Fornecedores	535,536	5,619,671
Credores Accionistas	4,178,983	-
Acréscimos de gastos	31,819,948	31,445,848
Credor - Estado	8,745,478	4,199,911
Outros Credores	27,082,626	39,638,969
	<u>72,362,571</u>	<u>80,904,399</u>

- a) O saldo de credores accionistas diz respeito a dividendos declarados e não pagos na sua totalidade aquando da aprovação da distribuição dos resultados do exercício económico de 2017.

16. Rédito

Vendas de produtos	118 889 479	45 942 492
Prestação de Serviços	194 073 712	348 460 665
	<u>312 963 191</u>	<u>394 403 157</u>

17. Custo do Inventário Vendido e Consumido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos de Inventário Vendido e Consumido		
- De mercadorias	125.338.584	56.029.248
- De Materiais	8.562.353	7.662.017
	<u>133 900 937</u>	<u>63 691 265</u>

18. Custos com Pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações aos trabalhadores	111 842 142	95 131 253
Encargos com Segurança Social	3 596 304	2 606 826
Outros gastos com pessoal	13 037 826	11 418 621
	<u>128 476 272</u>	<u>109 156 700</u>

19. Fornecimentos e serviços de terceiros

Água	182 140	128 677
Electricidade	8 155 112	6 610 755
Combustíveis	2 136 223	1 566 325
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	71 610	102 061
Material de manutenção e reparação	11 014	7 647
Material de escritório	826 236	1 176 812
Consumíveis informáticos	290 599	1 220 489
Deslocações e estadias	1 480 749	1 868 166
Manutenção e reparação	6 522 103	10 186 459
Transporte de carga	58 927	94 831
Despesas de representação	32 295	79 940
Publicidade e propaganda	2 420 774	4 030 380
Comunicações	4 477 440	5 002 110
Honorários	6 319 586	8 913 867
Rendas e alugueres	2 995 369	5 047 461
Vigilância e segurança	2 704 971	1 743 326
Royalties	24 402 721	31 424 335
Seguros	8 013 675	8 369 021
Trabalhos Especializados	819 292	784 130
Outros fornecimentos	4 353 850	4 951 629
	<u>76 274 686</u>	<u>93 308 420</u>

20. Imparidade de Contas a Receber

Perdas por imparidade do período - contas a receber

1 301 361	-
1 301 361	-

21. Imparidade de Contas a Receber

	2018	Saldo a 01 de Janeiro	Reconhecido em resultados
Provisão para Férias		-	3,609,384
	2017		
Provisão para Férias		-	-
		-	3,609,384

22. Outros Ganhos e Perdas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Perdas Operacionais		
Perdas em inventários	3 926 823	-
Patrocínio e ofertas diversas	2 282 506	3 024 626
Impostos e taxas	3 423 988	1 856 119
Perdas em Activos tangíveis	7 435 500	-
Outros	1 642 009	2 554 439
	18 710 827	7 435 184
Ganhos operacionais		
Rendas e alugueres	924 888	807 840
Benefícios de penalidades a clientes	2 244 920	-
Ganhos em activos tangíveis	-	300 000
Sinistros	14 804 679	14 831 702
Outros	3 087 545	10 951 382
	21 062 032	26 890 924
Outros Ganhos Operacionais	2 351 205	19 455 740

23. Custos Financeiros Líquidos

Rendimentos financeiros	6 951 296	25 639 762
Diferenças cambiais favoráveis	22 340 430	17 420 264
	29 291 727	43 060 026
Custos financeiros	(82 421 142)	(22 991 464)
Diferenças cambiais desfavoráveis	(13 671 992)	(61 958 987)
	(96 093 134)	(84 950 451)
Custos financeiros líquidos	(66 801 408)	(41 890 425)

24. Imposto sobre rendimento

Imposto corrente	-	53 217 036
Imposto diferido	(17 806 054)	(26 106 873)
	(17 806 054)	27 110 163

Reconciliação da taxa de imposto:

Lucro antes de imposto	(130 552 926)		77 762 688
Imposto sobre o rendimento a taxa oficial	32%	-	32%
			24 884 060

Impacto dos custos não dedutíveis:

Diferenças de câmbio não realizadas	-10%	13 187 673	24%	18 288 901
Perdas por imparidade não dedutíveis				-
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	-4%	4 905 417	23%	18 108 704
Impostos diferidos				-
Outros custos não dedutíveis	-12%	15 504 964	3%	2 322 105

Impacto dos rendimentos não dedutíveis:

Diferenças de câmbio não realizadas	13%	(16,584,192)	-2%	(1 569 733)
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	44%	(57,152,817)	-8%	(6 491 709)
Impostos diferidos				-
Outros rendimentos não dedutíveis	0%	(229 567)	-3%	(2 325 292)
	31%	(40 368 521)	68%	53 217 036
Reconhecimento de diferenças temporárias	14%	(17 806 054)	34%	(26 106 873)
	45%	(58 174 576)	35%	27 110 163



25. Saldos e transacções com partes relacionadas

A 31 de Dezembro de 2018, os saldos mantidos com entidades relacionadas eram os seguintes:

Credores Accionistas (a)	4 178 983	-
--------------------------	-----------	---

- a) O saldo de credores accionistas diz respeito a dividendos declarados e não pagos na sua totalidade aquando da aprovação da distribuição dos resultados do exercício económico de 2017.

26. Eventos Subsequentes

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018

27. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2019 contudo as mesmas ainda estão sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

=====